



# Nau Literária

crítica e teoria da literatura em língua portuguesa

PPG-LET UFRGS

ISSN 1981-4526

<http://seer.ufrgs.br/nauliteraria>

Vol. 14 N. 02 2018

Literatura e a emergência do político

## Colonialidade e universalidade na formação do cânone e o caso de *Os Sertões*

### Coloniality and universality in the formation of the canon and the case of *Os Sertões*

Rodrigo Octávio Cardoso

**Resumo:** As tentativas de organização de um cânone literário brasileiro, principalmente através das diversas Histórias da Literatura, justificam-se, frequentemente, por um critério estético-formal de gosto; embora de modo contraditório, como tem sido demonstrado por muitos críticos da formação do cânone, um dos critérios principais tenha sido antes por uma noção de representação da nacionalidade. Tanto no primeiro caso quanto no segundo, os críticos responsáveis pelas Histórias da Literatura organizam suas propostas de cânone segundo uma perspectiva colonial, patriarcal e eurocêntrica, derivada, em grande parte, de uma absorção do universalismo humanista da estética kantiana e do historicismo idealista e teleológico da estética hegeliana, informados pela perspectiva nacionalista do romantismo. A essas linhas que orientam as canonizações tradicionais, de Sílvio Romero e José Veríssimo a Antonio Cândido e Alfredo Bosi, e que excluem largamente a produção de mulheres, indígenas, negros, militantes políticos e pobres, podem-se opor duas perspectivas distintas, mas não necessariamente excludentes: a crítica pós-estruturalista e suas releituras da marginalidade, e a crítica pós-colonial e seu deslocamento de critérios para englobar vozes previamente excluídas. Observando possíveis dificuldades tanto de uma quanto de outra crítica, procuro fazer uma leitura estratégica de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, problematizando o seu lugar no cânone.

**Palavras-chave:** Cânone; Gosto; Catacrese; *Os Sertões*.

**Abstract:** The attempts to organize a Brazilian literary canon, mainly through the many literary histories, usually justify their choices using formal esthetic criteria of taste, although, contradictorily as many critics of the formation of the canon have shown, one of the main criteria was rather a notion of representation of the nationality. In both cases, the critics responsible for the literary histories have organized their canon proposals according to a colonial, patriarchal, and euro-centric perspective, which largely derives from a Kantian esthetic humanist universalism and an idealist and teleological historicism, informed by a romantic nationalist ideal. To these lines that guide traditional canonizations by Sílvio Romero, José Veríssimo, Antônio Cândido and others, which largely exclude the productions of women, amerindian, black, political militant and poor writers, we can oppose two different but not mutually exclusive perspectives: post-structuralist criticism and its re-readings of marginality, and post-colonial criticism and its displacement of value criteria, in order to encompass previously excluded voices. Taking into account possible difficulties in both criticisms, I attempt a strategical reading of Euclides da Cunha's *Os Sertões*, discussing its place in the canon.

**Keywords:** Canon; Taste; Catachresis; *Os Sertões*.

## 1. O Cânone

Na abertura de *O cânone ocidental* (1995), “Uma elegia para o cânone”, Harold Bloom defende ferrenhamente as grandes obras que constituem tradicionalmente o cânone contra as tentativas de desconstruí-lo ou repensá-lo oriundas de teorizações que expõem o caráter eurofocêntrico e classista da tradição canônica, associadas às lutas feministas, marxistas, do movimento negro e de povos originários, ligadas à crítica pós-estruturalista, desconstrucionista e dos estudos culturais. Bloom (1995, p. 24, 31), “exorta a uma obstinada resistência”, cujo objetivo é guardar a “pureza” e a “plenitude” da poesia, argumentando que a crítica literária deve ser fundamentada em critérios unicamente estéticos, e afirma que “o estético, em minha opinião, é uma preocupação mais individual que de sociedade”, e, ainda, “o eu individual é o único método e todo o padrão para a apreensão do valor estético”. Defende assim a primazia e originalidade de Shakespeare e Platão para o cânone (que passa então a dispensar a adjetivação de ocidental), afirmando que aí estão contidas experiências universais que todos “nós” podemos apreciar.

A concepção de literatura que fundamenta a defesa do crítico inglês deriva, possivelmente, de uma noção humanista clássica e classicizante de crítica associada a uma certa interpretação da estética kantiana. Em sua *Crítica da Faculdade do Juízo* (1995), Kant afirma o caráter autônomo da experiência estética em relação à razão e ao entendimento, bem como ao prazer sensível em geral. No seu sistema do idealismo transcendental, a sensação que tem aquele que diz de algo “isto é belo!” é universal e comum a todos os homens, embora nem todos concordem necessariamente com o julgamento a respeito de um ou outro objeto particular. No capítulo “A analítica do belo”, ele atribui quatro características a esse juízo: 1. ele é desinteressado, ou seja, não visa algo como a edificação moral, nem nenhuma forma de aprendizado ou benefício, e não diz respeito a características do objeto, mas a um prazer subjetivo: “Vê-se facilmente que se trata do que faço dessa representação em mim mesmo, não daquilo em que dependo da existência do objeto, para dizer que ele é *belo* e para provar que tenho gosto” (KANT, 1995, §2). Nesse sentido, ele afirma que no juízo do belo há *um livre jogo entre imaginação e entendimento*, sem que um se imponha sobre o outro; 2. ele é universal, ou seja, embora nem todos concordemos sobre o que é belo, todos conhecemos a sensação de estar diante de algo que julgamos belo; 3. ele é percebido como conformidade dos fins ao objeto, ou seja, o prazer do belo se sustenta por si próprio, não visando nenhum outro fim fora de si mesmo (como a saciedade ou o aprendizado) senão o de sustentar-se: “o

juízo de gosto é um juízo estético, isto é, que se baseia sobre fundamentos subjetivos e cujo fundamento de determinação não pode ser nenhum conceito, por conseguinte tampouco o de um fim determinado” (KANT, 1995, §15); 4. ele, por fim, é necessariamente prazeroso.

O caráter subjetivo e livre de conceitos da analítica do belo kantiana seria antes um argumento contra a construção de um cânone monolítico e universal, não fosse uma concepção de humano subjacente a essa análise que permeia a formação de grande parte da crítica de caráter humanista desde o Iluminismo e que se pode entrever mais adiante no texto:

A comunicabilidade universal da sensação (...), a unanimidade, o quanto possível, de todos os tempos e povos com respeito a este sentimento na representação de certos objetos, é o critério empírico, se bem que fraco e suficiente apenas para a suposição da derivação de um gosto, tão confirmado por exemplos, do profundamente oculto fundamento comum a todos os homens, da unanimidade no ajuizamento das formas sob as quais lhes são dados objetos. (KANT, 1995, §17)

O horizonte de toda crítica kantiana (e que fundamenta a noção de cânone) é um consenso universal “de todos os tempos e povos” unificados por uma noção comum de humanidade e por uma razão universal que tudo abarca e que em tudo concorda. A violência dessa noção está sub-repticiamente implicada na reflexividade do juízo estético associada à autoridade histórica, escamoteada nas críticas kantianas, de *quem* tem legitimidade para produzir enunciados ditos racionais. Assim, a concordância entre todos os tempos e povos, imaginada em uma espécie de eternidade pós-histórica, lembrando um juízo final cristão, tem, na verdade, uma origem e um gradiente direcional temporal e geopolítico. Se para provar que tenho gosto, devo afirmar que algo é belo, essa afirmação deve se dar em concordância com uma autoridade que já detém historicamente o domínio do gosto. A humanidade universal é afirmada, assim, na forma de uma concordância com a humanidade livre, esclarecida, já saída de sua minoridade da razão e de posse da autonomia para afirmar a conformidade afim dos objetos estéticos, sua beleza – a intelectualidade do esclarecimento centro-europeu. A discordância, aí, só pode significar uma inteligência inferior, um apego a superstições e valores de uma humanidade ainda em sua minoridade. Assim, quando Harold Bloom (1995, p. 25) afirma a individualidade do estético e, em seguida, escreve: “Precisamos ensinar mais seletivamente, buscando os poucos que têm capacidade de tornar-se leitores e escritores altamente individuais. Os outros, que podem ser levados a um currículo político, podem ser a ele abandonados”, não se trata aí de expandir as obras do cânone, defendendo sua universalidade para que possam alcançar e iluminar toda a humanidade, mas de reduzir a humanidade àqueles que são tocados e iluminados por essas obras, ou seja, àqueles que concordam com o crítico e, com isso, *provam* que têm gosto.

A elegia de Bloom ainda é contraditória visto que defende teimosamente uma certa perenidade do cânone, mesmo depois de admitir sua mutabilidade, segundo critérios historicamente variáveis (BLOOM, 1995, p. 28-29), e ao afirmar que este se constitui por uma luta de forças entre os textos, referindo-se a uma concepção nietzschiana de história (BLOOM, 1995, p. 44), sem, no entanto, admitir a crítica do cânone daqueles a quem seu texto se opõe como uma força legítima de reconfiguração, tanto dos valores estéticos como de interpretação dos textos, participando dos mesmos jogos de forças a que estão sujeitos e de que são agentes os textos literários. Assume assim um papel de suposta neutralidade, criticando todas as tentativas “ideológicas” de interpretação estética, sem assumir o caráter profundamente ideológico – elitista e conservador – de sua própria postura.

Em grande parte guiados por um anseio de pertencer a essa humanidade seleta, a essa comunidade do gosto, é que foram conduzidas inúmeras tentativas de estabelecer um cânone brasileiro. Essa ânsia explicaria, de partida, o fato de o livro de Bloom, tão centrado na tradição anglófona, ter sido traduzido e publicado no Brasil apenas um ano depois de sua publicação nos Estados Unidos. Explicaria, ainda, a célebre afirmação de Antonio Candido no prefácio de uma das obras mais importantes para a fixação do cânone literário brasileiro no século XX, *Formação da literatura brasileira*: “A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas...”.

A questão de um cânone brasileiro apresenta ainda algumas dificuldades peculiares a um país de tradição colonial, submetido a fluxos culturais assimétricos. No capítulo “A formação do cânone”, Cândido afirma que o cânone brasileiro começou-se a formar durante o romantismo, ligado a um desejo de afirmação nacional e de independência cultural da metrópole. Na concepção romântica, a arte e a literatura são manifestações máximas de um espírito nacional ligado a um povo, a uma língua, a um território; mas, de alguma forma, separadas desse povo, cuja cultura é vista, pela permanência ainda de um pensamento classicista, como baixa, em oposição à cultura elevada das elites. Assim, para a crítica romântica, em meio a um processo de consolidação política do Brasil como uma nação independente, importa observar nas obras não apenas algum valor estético, mas também a força de uma representação nacional: “a escolha do elenco de autores e obras termina por se definir pela maior ou menor capacidade em funcionar como instrumento de representação do país.” (BARBOSA, 1996, p. 33). Ao avaliarem o processo de formação do cânone brasileiro, alguns críticos parecem observar aí um valor positivo de diferenciação e descolonização. João Alexandre Barbosa (1996, p. 23) afirma que o processo de canonização estado-unidense e europeu

dando como resultado uma rígida hierarquização de gêneros, raças e modelos culturais, que somente será abalada pelos movimentos culturais de anos recentes, no caso brasileiro a formação do cânone literário seguiu, de bem perto, o próprio desenvolvimento de nossas relações de dependência e autonomia com vistas às fontes metropolitanas.

Embora, como evidencia a citação de Antonio Candido (elogiado tanto por Barbosa quanto por Cairo, citado a seguir), seja evidente o desejo de igualar ou incluir a literatura brasileira no cânone eurocêntrico, os críticos tendem a encarar com alguma leniência essa formação, encontrando nela uma peculiaridade que serve, justamente, ao anseio romântico por delinear a forma de uma cultura nacional autêntica e original:

Talvez esta seja a causa da permanência desse cânone, que acabou cunhando como clássica uma tradição identificada pela construção da diferença, ou seja, pela marca da nacionalidade, ao invés de se pautar nos princípios esteticizantes da tradição literária clássica do Ocidente. (CAIRO, 2001, p. 33)

Afirmção essa que se dá mesmo a despeito dos critérios estéticos afirmados pela *História da Literatura Brasileira* (1915), de José Veríssimo: “Esta [a literatura] é neste livro sinônimo de boas ou belas-letas, conforme a vernácula noção clássica.” (VERÍSSIMO, 1915 apud BARBOSA, 1996, p. 30), pela abordagem imanentista ligada ao *new criticism* do *A Literatura no Brasil* (1955), de Afrânio Coutinho, e mesmo pela crítica de Cândido, cujo “intuito não foi a erudição, mas a interpretação, visando o juízo crítico, fundado sobretudo no gosto”. (CÂNDIDO, 1997, p. 10).

O que os textos de Luiz Roberto Veloso Cairo e João Alexandre Barbosa, analisando e comparando os textos de formação do cânone, evidenciam e reafirmam é o caráter sedimentário e conservador do cânone. Embora as abordagens críticas mudem, ainda que ligadas à noção de nacionalidade, de representação de nacionalidade, fundamental para a constituição de uma cultura de prestígio, de gosto, no horizonte universalista humanista, o que se evidencia é a repetição dos mesmos nomes, com raríssimas variações, entre as diversas obras canonizadas. É notável a absoluta ausência, entre todos os nomes mencionados por Cairo e Barbosa extraídos dos textos de Sílvia Romero, José Veríssimo, Ronald de Carvalho, Afrânio Coutinho, Antonio Cândido e outros, de mulheres e a rara presença de negros. Se essas obras preocupavam-se realmente com a ideia de uma representação nacional, além de uma crítica estética, fica claro que essa representação deveria se dar dentro de um círculo já circunscrito de uma autoridade consolidada.

Se o cânone sedimentado foi timidamente questionado em seus critérios e sua formação por algumas releituras críticas que resgataram alguns autores esquecidos, como é o caso de Sousândrade e Odorico Mendes pelos irmãos Campos, o caráter ideológico e a

estrutura de poder que sustenta essa construção pode ser claramente evidenciado pela existência de uma obra como a organizada por Zahidé Lupinacci Muzart, *Escritoras brasileiras do século XIX*<sup>1</sup>, que reúne mais de 140 autoras, em sua grande maioria não mencionadas pelas obras canonizantes citadas acima. Esse fato se torna ainda mais espantoso se levarmos em conta o desprezo que os críticos mostram em relação a diversos autores, classificando-os muitas vezes como medíocres, pálidos, menores: “Eis aí uma grande lista de nomes obscuros. O leitor não se atormente; só dos dois últimos darei uma análise especial; os outros não a merecem” (ROMERO apud BARBOSA, 1996, p. 32). Entre as inúmeras mulheres escritoras que produziram no século XIX não haveriam algumas, ao menos uma, cuja obra tivesse maior merecimento que todos esses autores mencionados sem merecimento? Como afirma Zahidé Muzart (1995, p. 87):

Excetuando-se alguns escritores como José de Alencar, Gonçalves Dias, Castro Alves, Alvares de Azevedo, Bernardo Guimarães, e outros que esqueço agora, os demais escritores homens estudados no Romantismo o são por convenções não literárias. Poderiam ser substituídos por outros/outras que não fazem parte das Histórias da Literatura.

Pode-se argumentar que essas autoras, como muitos outros, certamente esquecidos pelo cânone, não alcançaram visibilidade em seu tempo pela própria configuração social de então, que invisibilizava as mulheres e negava-lhes o discurso, ainda que, como afirma Muzart (1995, p. 87): “Os rituais de aceitação e posterior canonização incluem atos de sociabilidade aos quais alguns autores esquecidos não se submeteram”, como seria o caso de Augusto dos Anjos ou Cruz e Souza, só mais tarde resgatados pela crítica e incorporados ao cânone. Se isso explica essas ausências nos textos mais próximos daquele momento histórico, o argumento já não se sustenta tanto para aqueles produzidos nos anos cinquenta e ainda mais para os recentes como a *Historia Concisa da Literatura Brasileira* de Alfredo Bosi, e a *História da Literatura Brasileira*, de Massaud Moisés. Essas obras, muito mais do que questionarem e atualizarem o cânone segundo valores contemporâneos, como propõe Haroldo de Campos em “Poética sincrônica”, aderem simplesmente à concepção racionalista e teleológica, em última instância, conservadora, de progresso, para a qual a história é a

---

1 Cf. a resenha de Simone Pereira Schmidt e Tânia Regina Oliveira Ramos em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/viewFile/9463/5116> “Não é preciso falar mais do espantoso silêncio a que essas cinquenta e uma escritoras brasileiras [do primeiro tomo] foram submetidas. As falas dessas mulheres não querem provocar apenas uma ruptura, introduzir a alteridade, a diferença. Ler assim, apenas, seria ler pela oposição. Os textos reunidos em oposição só nos levariam mais uma vez à avaliação do paradigma de uma história literária escrita por textos de autores homens. O que valeria dizer: Pior... escrita por nomes masculinos, igualmente canônicos. Já superamos essa angústia e essa fase de desabafo. O desafio agora é reescrever essa história e ler diferentemente as histórias da literatura brasileira do século XIX e a historiografia produzida no século XX.”

realização da razão e o cânone estabelecido, sedimentado, precisaria apenas de novas leituras e interpretações, sem questionamentos de seus pressupostos ou reformulação de sua ordem.

Opondo-se a esta ordenação hegemônica dentro da cultura e dos estudos da literatura, em uma crítica radical, escreve Roberto Reis (1992, p. 74):

O cânon está a serviço dos mais poderosos, estabelecendo hierarquias rígidas no todo social e funcionando como uma ferramenta de dominação. Para desconstruir esse processo, sem dúvida ideológico, faz-se necessário problematizar a sua historicidade. Quer dizer: não se questiona o cânon simplesmente incluindo um autor não ocidental ou mais algumas obras escritas por mulheres. Um novo cânon decerto não lograria evitar a reduplicação das hierarquias sociais. O problema não reside no elenco de textos canônicos, mas na própria canonização, que precisa ser destrinchada nos seus emaranhados vínculos com as malhas do poder.

Trata-se aí do próprio problema da sedimentação histórica, da estratificação, da positivação de uma história da literatura inevitavelmente imbricada nas estruturas de poder, ideológica. Nesse ponto, Reis, assumindo uma postura diametralmente oposta à canonização afirmada por Bloom, parece concordar com ele, quando afirma que a crítica literária, o cultivo de valores estéticos, é necessariamente elitista.

À visão tradicional, canonizante, do cânone, que podemos encontrar em Harold Bloom, assim como em Antonio Cândido, João Alexandre Barbosa, Luiz Roberto Veloso Cairo, posto que reafirmam o cânone ao discuti-lo, avaliando descritivamente os diferentes critérios para sua construção, sem questionar os pressupostos que a enformam, poder-se-ia opor, eventualmente, duas outras, que a criticam. Uma alinhada a uma certa visada dos estudos culturais – que podemos encontrar em Roberto Reis – que pensa a literatura como um produto ideológico da cultura e procura desconstruir o cânone de modo a abrir espaço para obras que são sistematicamente excluídas dele, apontando as causas e os funcionamentos dessa exclusão, apontando para outras construções possíveis. A outra admite, sem se opor à primeira, uma certa inescapabilidade da ideologia e busca compreender um certo aspecto subversivo na literatura enquanto age dentro das estruturas de poder do estado, reafirmando, por um lado, por sua mera existência, essas estruturas. Dessa maneira, pode ainda operar aí deslizamentos, deslocamentos, desestabilizações que permitiriam, dentro dos processos de subjetivação conformados à ordem estatal, a construção de subjetividades de resistência.

Talvez se possam, então, delinear duas grandes estratégias críticas para lidar com o problema do cânone, estabelecidas no último meio século. Se o pós-estruturalismo vem apontar a presença de uma marginalidade inerente à própria autodefinição do cânone (à maneira da construção da noção de razão a partir da loucura em *A História da Loucura*, de Foucault), ao mesmo tempo passa a valorizar os aspectos marginais dentro do cânone como

Kafka, pensado como literatura menor por Deleuze e Guattari. O pós-colonialismo, por sua vez, busca criar um espaço de escuta para vozes antes negadas: não europeus, não homens, não burguesas, negando a negação de valor reservada a essas literaturas.

Analisando essas estratégias, Gayatri Spivak explicita a contradição de reivindicar um valor e uma autoridade para essas vozes dentro desse mesmo espaço que se identifica e se autoinstitui precisamente pela exclusão de tais vozes:

Dentro do quadro histórico da exploração, colonização descolonização – o que está efetivamente sendo reivindicado é uma série de conceitos políticos regulativos, a narrativa supostamente autorizada daquele cuja produção havia sido escrita em outro lugar, nas formações sociais da Europa ocidental. Eles estão sendo recuperados, na verdade reivindicados, como metáforas-conceitos para os quais nenhum referente histórico adequado pode ser proposto a partir de um espaço pós-colonial, mas nem por isso essa reivindicação deixa de ser importante. Uma metáfora-conceito sem um referente adequado é uma catacrese. (SPIVAK, 1997, p. 204)<sup>2</sup>

O dilema, portanto, da crítica desconstrucionista pós-colonial é precisamente a “reivindicação da catacrese de um espaço que não se pode não querer habitar e que, no entanto, precisa ser criticado” (SPIVAK, 1997, p. 206).

O cânone, esta formação cultural estável, de sedimentação sólida, um lugar de prestígio construído pelo privilégio de certos discursos em detrimento de outros, é precisamente o espaço que precisa ser ocupado por aquilo que antes fora excluído, mas isso só pode ocorrer à medida que os próprios fundamentos que estruturam esse espaço forem criticados e desconstruídos. Não se trata, portanto, apenas de reivindicar valor para identidades antes desvalorizadas, mas de subverter e se apropriar dos próprios dispositivos de codificação de valor, como afirma a teórica:

[Se] A operação de valor torna qualquer compromisso negociável, não importa o quão urgente ele possa parecer. A longo prazo uma intervenção emancipatória não é primariamente uma questão de reparar as vítimas pela asserção de uma identidade (de classe, gênero ou etno-cultural). É antes uma questão de desenvolver uma vigilância para apropriações sistêmicas da capacidade social de produzir um *diferencial* que seja uma base de troca nas redes de identidade cultural de classe ou gênero. (SPIVAK, 1997, p. 206)

Diante da evidência simples e factual da existência de um cânone, de sua força e penetração na sociedade, nas instituições de cultura e de ensino, de seu uso como metáfora, explicação e valorização do nacional não se pode recusar nenhuma arma crítica. Diante do estado de coisas, é preciso reconhecer o político que atravessa tudo isso e assumir posições, mas nem por isso essas posições devem ser uniformes e homogêneas. É preciso ponderar.

---

<sup>2</sup> Tradução do autor.



Como escreve Torquato Neto no seu “Poema desesperado”, recusar o fato, aceitar o fato. E buscar aí formas de subversão, linhas de fuga, estratégias de resistência, sem no entanto aceitar docilmente as alianças com o Estado e o poder.

## **2. *Os Sertões* no cânone**

Certamente, *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, é uma das obras mais bem estabelecidas no cânone literário brasileiro. Sendo um sucesso de vendas já na época do seu lançamento em 1902, o livro vem acumulando desde então um grande número de textos críticos, quase sempre laudatórios, valorizando sua forma e estilo, sua linguagem, sua abordagem do tema histórico, sua capacidade em criar empatia com grupos até então esquecidos e ignorados pelo governo brasileiro. Disso dá testemunha uma crítica de Alceu Amoroso Lima de 1924, citada por Luiz Costa Lima (1997, p. 21): “Literariamente, vinha revelar o erro do esquecimento em que jazia a massa dos homens brasileiros e dar aos vindouros um exemplo incomparável de originalidade, ao tomar em suas mãos a matéria bárbara americana”.

Certamente o elogio do livro também encontra seus contrapontos na crítica, gerando uma polêmica que, de certa forma, contribui ainda mais para sua canonização, visto que essa crítica se dá frequentemente no nível relativamente superficial do estilo, apontando exageros ou afetações que acabam por ser arduamente combatidas por seus defensores. É o caso de Antonio Candido, que caracteriza o barroquismo do texto como exagerado e de mau gosto, ou de Mário de Andrade, um pouco mais afiado, para quem “Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura” (ANDRADE apud LIMA, 1997, p. 22). E, no entanto, a massa de admiradores, grêmios, revistas, adaptações cinematográficas e para os quadrinhos, e obras críticas dedicadas ao livro garante um lugar firme para ele no imaginário cultural e literário brasileiro.

É interessante notar que, mesmo quando são feitas ressalvas à obra, por exemplo, quanto ao valor científico de suas observações ou ao seu etnocentrismo, permanece uma admiração, seja por sua forma literária, seja por seu esforço histórico. Assim, lemos em Luiz Costa Lima (1997, p. 149) a crítica:

A admiração pelos traços judaicos da prisioneira, que sobreviviam às misérias estampadas em seu rosto, assim como o desgosto estético que provoca a visão da 'urbs monstruosa' exprimem um forte veio europeizante, contra o qual não bastara o ascetismo científico. (...) Euclides

perde a possibilidade de autocorreção, seja pela autoridade cega que concede à ciência, seja pela maneira como lida com suas dúvidas e mesmo impasses.

junto com a ponderação estética: “Mais imediatamente ainda, qualquer leitor será capaz de se impressionar pela *qualidade literária* de passagens d’*Os Sertões*.” (LIMA, 1997, p. 135). De um modo particular, é interessante notar como muitas dessas considerações recorrem a uma argumentação sobre a adequação da forma à matéria (a *Zweckmässigkeit* kantiana) de modo a objetivar um valor estético universal. É o caso do comentário que Luiz Costa Lima faz à cena de descrição de “A travessia do Cambaio”, observando o descuido com a linguagem mais técnica e científica, de resto adotada por Euclides, com a evocação de termos e imagens evocadas de misticismo e religiosidade, que, em última instância, para o crítico, correspondem ao clima e à psicologia local, realizando eficazmente algo como uma presentificação da cena através da linguagem (LIMA, 1997, p. 146). Dante Moreira Leite, enquanto observa as contradições no discurso sobre raça no livro (“Em primeiro lugar, faz duas afirmações enfáticas: ‘Não temos unidade de raça. Não a teremos talvez, nunca.’ Ao mesmo tempo, imagina que poderemos, no futuro, formar ‘uma raça histórica’, desde que mantenhamos ‘dilatado tempo de vida nacional autônoma.’” (LEITE, 2007, p. 271), reafirma com segurança seu lugar no cânone: “Euclides poderia ter escrito um livro científico, limitado pela perspectiva da época; se continua e continuará a ser uma obra-prima da literatura brasileira, isso se deve às suas qualidades formais e à visão humana que Euclides conseguiu transmitir.” (LEITE, 2007, p. 269). Nicolau Sevcenko, escrevendo sobre o entrecruzamento e o convívio em Euclides de diferentes paradigmas (o idealismo romântico do século XIX e o realismo científico do século XX), de diferentes correntes estéticas: “Sem ligar-se em particular a nenhuma dessas correntes [romantismo, realismo, parnasianismo], Euclides entreteceu-as todas, imprimindo-lhes a unidade de uma trama tensa a serviço de suas convicções filosóficas e científicas.” (SEVCENKO, 2003, p. 159), e da filosofia e cientificismo de Spencer, arremata:

Dessa composição resulta na sua obra, em conclusão, uma linguagem elevada, selecionada, elaborada, altamente metafórica e imagística, de comunicabilidade mediatizada, dotada de efeitos elocutivos, escoimada de clichês, rabarbativa, áspera, carregada, homogênea, praticamente sem variação sociolinguística, isenta de paródia ou prosopopéia, reveladora e enérgica. *Uma linguagem altamente coerente com o conteúdo transmitido* [grifo meu], à medida que procurava evidenciar uma dignidade superior da cultura científica e filosófica e revelar a sua capacidade de perceber erros e injustiças, ao mesmo tempo que expunha a verdade última presente no movimento profundo das forças naturais. (SEVCENKO, 2003, p. 160)

Trata-se aí, portanto, de relevar as contradições, o eurocentrismo, o racismo, o cientificismo – contingentes – e revelar, estrategicamente, a adequação da forma à matéria. O pertencimento a uma esfera estética elevada além dos pequenos problemas históricos e sociais contingentes, que só poderão apreciar aqueles que forem capazes de perceber a sutileza e adequação dessas conexões. Sua inscrição atemporal no cânone humano universal.

Para compreender o lugar tão central de Euclides no cânone brasileiro, é importante observar também a conformidade entre o seu projeto literário e o dos críticos que procuravam organizar o cânone. Conformidade que se relaciona com uma pertença a um convívio e projeto político compartilhado. Euclides pertenceu, com Sílvio Romero, ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e manteve larga correspondência com José Veríssimo. Todos eles compartilhavam, em suas obras, a preocupação em formular uma representação do nacional. Uma metáfora da nacionalidade em um país grande, heterogêneo e em constante instabilidade política. Para Euclides, seguindo as teorias raciais eugenistas que proliferavam na Europa no século XIX, imaginar uma nação é imaginar uma raça homogênea – para conceber um país promissor (segundo seus padrões civilizatórios eurocêntricos) seria preciso construir, a partir do complexo quadro étnico brasileiro, uma raça forte, capaz de encarnar a nação. Esse também é o projeto de *Os Sertões*.

Na segunda parte da obra, “O Homem”, Euclides procura delinear as três raças que compunham a população brasileira, segundo um modelo que, conforme afirma Lilia Schwarcz, orientou grande parte da produção historiográfica e etnográfica brasileira, desde que fora proposto pelo naturalista alemão von Martius em resposta a um concurso do IHGB (“Como se deve escrever a história brasileira?”) em 1845 (SCHWARCZ, 1995, p. 112). Da representação das três raças, Euclides segue para delinear dois grupos sociais com histórias distintas: no Sul, “mais vivaz, mais prático e aventureiro, um largo movimento progressista”; no Norte “capitanias esparsas e incoerentes, jungidas à mesma rotina, amorfas e imóveis” (CUNHA, 2001, p. 169). Para estabelecer a raça forte a que aspirava, que poderia compor o povo e a nação brasileira, Euclides organiza uma complexa narrativa em que grupos bandeirantes vindos do sul (“colaterais prováveis dos paulistas”), miscigenados com indígenas locais, no sertão do Rio São Francisco, permanecem ali isolados étnica e culturalmente dos fluxos populacionais do litoral e da corte: “aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade [...] despontou uma raça de curibocas puros quase sem mescla de sangue africano” (CUNHA, 2001, p. 190). O desejo de constituir essa pureza de raça deve-se à crença, assimilada de teorias raciais arianistas, de que a “mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. [...] A mestiçagem estremada é um

retrocesso” (CUNHA, 2001, p. 199). Não apenas a mestiçagem constitui aí um problema, mas estabelece-se uma clara hierarquia entre as raças: “O indo-europeu, o negro e o brasílio-guarani ou tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos” (CUNHA, 2001, p. 199). O indígena e o negro são colocados como intelectualmente inferiores, este último sofrendo uma desclassificação ainda mais intensa: “se não há esforços que consigam do africano, entregue à solicitude dos melhores mestres, o aproximar-se sequer do nível intelectual médio do indo-europeu – porque todo homem é antes de tudo uma integração de esforços da raça a que pertence e o seu cérebro uma herança” (CUNHA, 2001, p. 201). Diante do dilema de, em um país amplamente mestiço, tentar conceber uma raça relativamente pura e forte, Euclides diferencia o tipo sertanejo do tipo litorâneo: “O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente. É um retrógrado; não é [como o litorâneo, leia-se] um degenerado” (CUNHA, 2001, p. 203). Nesse tipo sertanejo, isolado, Euclides vê um grande potencial para um desenvolvimento futuro: “imune de estranhas mesclas, capaz de evolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos, porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior” (CUNHA, 2001, p. 204). O crescendo heroico no delinear dessa raça homogênea, “quase sem mescla de sangue africano”, fundamento ideal de seu projeto de nacionalidade, culmina com a célebre máxima: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte.” Seguida da oposição depreciativa: “Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral” (CUNHA, 2001, p. 207). Subentende-se aí as causas para o raquitismo e a neurastenia dos litorâneos: a constante miscigenação e a intensa presença das populações negras. Dentro do paradigma das teorias raciais eugenistas do final do século XIX, Euclides opera uma inversão no pensamento político de então, dando primazia ao interior, tradicionalmente esquecido e desprezado pela corte litorânea, ou como escreve Roberto Ventura (1991, p. 55): “Mesmo partindo do pressuposto da inferioridade das raças não-brancas e dos prejuízos da mestiçagem, Euclides negou a primazia evolutiva das populações litorâneas e inverteu a oposição entre litoral e sertão.”

Para apontar ainda mais um ponto problemático da obra, é interessante observar o lugar ocupado pela mulher de Antônio Conselheiro na narrativa. De fato, segundo seu método determinista, Euclides procura esboçar os aspectos mais gerais da terra, da formação etnográfica do sertanejo, sua formação cultural e sua sociedade. Depois, finalmente, a família

de Antônio Conselheiro, para a partir daí, da singularidade de sua vida, determinada por todos aqueles fatores e aspectos gerais, chegar à formação de Canudos e à sua narrativa da guerra em “A luta”. Até então delineia-se a figura de um sertanejo forte, de uma família poderosa, belicosa mas promissora, e a figura de Antônio Vicente Mendes Maciel surge na seção “Uma vida bem auspiciada”. Observemos a construção da narrativa. A seção seguinte chama-se “Primeiros reveses;...”, transcrevo os primeiros parágrafos:

Data daí a sua existência dramática. A mulher foi a sobrecarga adicionada à tremenda tara hereditária, que desequilibraria uma vida iniciada sob os melhores auspícios.

A partir de 1858 todos os seus atos denotam uma transformação de caráter. Perde os hábitos sedentários. Incompatibilidades de gênio com a esposa ou, o que é mais verossímil, a péssima índole desta, tornam instável a sua situação. (CUNHA, 2001, p. 265)

Finalmente, na seção seguinte “...E a queda”, “Foge-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial.” (CUNHA, 2001, p. 266). A partir daí Antônio Maciel foge, isola-se no deserto e inicia sua peregrinação, sua carreira de santo fanático, congregador e corruptor de multidões que iria fundar Canudos. Não se trata, nesse ponto, de questionar a veracidade do acontecido, a traição ou não de Brasilina Laurentina (nome não citado por Euclides, por sinal), sua índole real, mas de observar a centralidade do acontecimento dentro da estrutura narrativa montada por Euclides. Trata-se aí do velho clichê dos romances policiais desde o final do século XVIII (ou mesmo do *Gênese*: não foi Eva quem entregou a maçã a Adão?): *cherchez la femme*. Na origem de um crime, de uma catástrofe, deve haver uma mulher. Com o uso desse tropo tão apreciado pela cultura patriarcal, Euclides inscreve mais uma vez sua obra, sua narrativa da história de Canudos, na ordem cultural hegemônica a que pertence, e a quem se dirige.

Numa tentativa de compreender *Os Sertões* hoje e revelar o seu valor estético e literário, poder-se-ia sustentar a tese de que seu autor foi um *homem de seu tempo*, que seu nacionalismo modernizador, suas teorias racistas, seu desprezo pela cultura popular eram não só comuns em sua época, como também parte necessária na formação de um homem de letras. A esse respeito, escreve, Roberto Ventura (1991, p. 38):

O nacionalismo literário do século XIX apresentava um componente eurocêntrico, apesar das reivindicações de autonomia e originalidade. A incorporação da ideologia civilizatória e de teorias climáticas e raciais levou à relação eurocêntrica com o meio local e à abordagem etnocêntrica das culturas populares. Os críticos brasileiros internalizaram a ambivalência do discurso europeu perante o mundo selvagem e as realidades exóticas, idealizando os padrões metropolitanos de civilização.

No projeto nacional do romantismo e da geração de 1870, a natureza tropical, fauna e flora exuberantes, observada de um ponto de vista eurocêntrico, exotizante, era visto como

fator de determinação do caráter nacional em sua riqueza e abundância. Nesse aspecto, Euclides inverte o sentido dessa determinação, pois busca na paisagem árida do sertão e na luta do sertanejo, com essa natureza pobre e avarenta, a potencialidade para a formação de um caráter nacional forte e bravo, marcado pela luta pela sobrevivência e a resistência à intempérie. Sem, no entanto, desfazer-se dos preconceitos racistas. Ventura (1991, p. 60) escreve ainda: “As concepções racistas se tornaram parte da identidade das elites em uma sociedade hierarquizada e estamental, com grande participação de escravos, libertos e imigrantes no trabalho produtivo”.

De fato, essa era a orientação do pensamento da maior parte da intelectualidade da época, conforme atesta também Lilia Schwarcz (1995, p. 112):

a imagem do indígena era a de um elemento redimível mediante a catequese, que o retiraria de sua situação 'bárbara e errante' para inseri-lo no interior da civilização, entendida pelo instituto [Histórico e Geográfico Brasileiro] como processo eminentemente branco. Nesse aspecto, a mesma postura teórica se mantém para a população negra: ainda que participasse de um 'estado ainda mais inferior', não lhes era retirada a humanidade.

Mas a tese do “homem do seu tempo” perde sua força se observarmos que, mesmo dentro desse paradigma de pensamento, houve divergências e contradições, discordâncias e mudanças de posição. Enquanto Varnhagen defendia a superioridade branca, a manutenção da escravidão negra e o extermínio dos povos indígenas, Sílvio Romero defendia a dignidade dos indígenas e a abolição da escravatura, sem negar a inferioridade dessas raças. E se defendia a mestiçagem no final do século XIX, passou a criticá-la no final da vida, associando-se a um arianismo mais radical. Já intelectuais e críticos como Araripe Junior, Manuel Querino e Manoel Bomfim, apesar de isolados, criticavam as teorias racistas, atacando-as em suas bases científicas e ideológicas, atribuindo-as ao expansionismo europeu (VENTURA, 1991, p. 62).

Se em uma determinada época, há certas bases e pressupostos estratificados na cultura, com maior força e penetração, nenhuma dessas podem, individualmente, responder pela totalidade dos discursos e do saber produzido. Estes se produzirão sempre, antes, em uma multiplicidade de opiniões, em embates de ideias, polêmicas e discussões. Um homem de seu tempo, é apenas *um* homem de seu tempo, nunca poderá responder por alguma ideia abstrata ou totalizante de espírito do tempo ou síntese histórica.

Ao lidar com uma obra de peso canônico como *Os Sertões*, não se pode tentar ressaltar ou escamotear tais pressupostos, ainda mais levando em conta a sua penetração, permanência e pervasividade na cultura, fazendo parte da formação de inúmeras gerações de intelectuais, posto que esses pressupostos permanecem vivos, ainda hoje, em uma cultura patriarcal e racista que mata e invisibiliza negros e mulheres, em todo país, frequentemente

em nome de alguma modernização ou algum progresso. É preciso evidenciar as relações de poder e opressão embutidas e estruturadoras do discurso.

Evidenciadas algumas dessas relações, e sem deixar de levá-las em conta, podemos também observar que, se há resistência e subversão nessa obra, ela aparece em suas hesitações, incertezas e contradições. Se Euclides parte do sudeste certo do valor de sua missão civilizatória e da inferioridade do povo: “Descrente destas coisas, descrente desta terra – aonde lamento ter nascido – eu creio entretanto na vitalidade de um princípio. A República é imortal, e já que temos a felicidade de possuí-la, eu acredito que ela afinal galvanizará este povo agonizante e deprimido” (Carta de Euclides a João Luís Alves de 1/4/1897, GALVÃO, 1998, p. 101). Sua experiência em Canudos transforma sua visão. Parece apaixonar-se pelo sertanejo, por sua resistência, sua proximidade e conhecimento da terra: “A natureza toda protege o sertanejo. Talha-o como Anteu, indomável. É um titã bronzado fazendo vacilar a marcha dos exércitos” (CUNHA, 2001, p. 363). A certeza da missão civilizadora desvanece diante da brutalidade da guerra: “a guerra é uma coisa monstruosa e ilógica em tudo” (CUNHA, 2001, p. 379). Descreve inúmeras vezes com admiração a estratégia e a sagacidade dos sertanejos em batalha, apontando o despreparo e a falta de motivação dos soldados do exército, que foi batido em suas três primeiras expedições pelos jagunços de Canudos. Sua certeza da superioridade cultural de sua civilização oscila e se desmancha por vezes no texto, ironizando os fundamentos de sua própria ideologia: “Os matutos broncos foram varridos cedo, – surpreendidos, saltando estonteadamente das redes e dos catres miseráveis – porque havia pouco mais de cem anos um grupo de sonhadores falara nos direitos do homem e se batera pela utopia maravilhosa da fraternidade humana...” (CUNHA, 2001, p. 597). Conclui seu livro, a sua maneira dramática e teatral, com um elogio da resistência de Canudos e lamentando a violência e a destruição da guerra: “Esta página, imaginamo-la sempre profundamente emocionante e trágica; mas cerramo-la vacilante e sem brilhos.” (CUNHA, 2001, p. 779).

Em um artigo em que destaca a permanência de uma atitude violenta e repressora do Estado brasileiro diante de organizações populares consideradas “irracionais”, justificada ideologicamente pelo mesmo discurso civilizatório que motivou a campanha de Canudos, sustentando a conservação da ordem republicana nacional, Francisco Foot Hardman destaca o privilégio adquirido pela guerra de Canudos no imaginário histórico brasileiro propiciado pela potência da prosa poética de Euclides da Cunha em *Os Sertões*:

O destino das crianças e mulheres de Canudos teima em atormentar as noites de nossa historiografia positiva. Responda rápido: quantas Canudos são massacradas por ano nas

favelas, delegacias, ruas e ermos desse Brasil? (...) Fatos bélicos semelhantes em grau de devastação, à falta de um autor-narrador à altura da prosa poética de Euclides, não conheceram repercussão equivalente (HARDMAN, 1998, p. 129-130)

E segue, citando a Guerra do Contestado (Santa Catarina, 1912-1916), o movimento da “pedra encantada” (Pernambuco, 1830), a Cabanagem (Amazônia, década de 1830), revolta dos Quebra-quilos (Nordeste, década de 1870), Colônia Cecília (Paraná, 1889-1893), Coluna Prestes (década de 1920), cada evento teve suas semelhanças – seja no número de vítimas, seja no caráter messiânico – com Canudos, mas não tiveram a mesma penetração no imaginário popular. O que se constata, assim, é que um livro da envergadura de *Os Sertões*, com seu conteúdo histórico-testemunhal e sua potência narrativa, é capaz de mitificar um acontecimento histórico, orientando, para as gerações futuras, linhas de formação identitárias e estruturando os paradigmas cognitivos que determinam suas perspectivas de organização social e de construção nacional.

Por isso mesmo é preciso lê-lo com atenção, sem desprezar suas incoerências e as forças ideológicas que ali agem no mesmo sentido que uma tal crítica pretende combater. Se cada monumento de cultura é também um monumento de barbárie, como afirma Benjamin, é importante perceber que – no caso de monumento literário, como *Os Sertões* – a barbárie de que dá testemunho não está apenas nos acontecimentos narrados, mas na própria linguagem do texto, nos preconceitos e violências que guarda e afirma.

## Referências

- BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.
- BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo, SP: Cultrix, 1978.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.
- CAIRO, Luiz Roberto Veloso. Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro. *SCRIPTA*, Belo Horizonte, v. 4, n. 8, p. 32-44, 1º sem. 2001.
- CAMPOS, Haroldo. *A arte no horizonte do provável*. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Itatiaia Limitada, 1997.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.



GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides: cartas do ano da guerra. In: HARDMAN, Francisco Foot. (Org.) *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. Troia de taipa: Canudos e os irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot. (Org.) *Morte e Progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros*. São Paulo: Fund. Ed. UNESP, 1998.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1995.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 7. ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MUZART, Zahidé Lupinacci. A questão do cânone. *Anuário de Literatura* 3, 1995, pia 85-94.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul; EDUNISC (V. 1, 1999, 960p. ; V. 2, 2004, 1184p.). Resenha de SCHMIDT, Simone P.; RAMOS, Tânia R. O. *Graphos Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB*. João Pessoa, Vol 7., N. 2/1, 2005 – p. 219-222

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (Org.) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 1. reimpr. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Poststructuralism, Marginality, Postcoloniality and Value. In: MONGIA, Pafmini. (Org.) *Contemporary Postcolonial Theory: a reader*. Delhi: Oxford UP, 1997.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.